



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

Edição Nº05

POLÍTICA OPERÁRIA

OFENSIVA DO GOVERNO CASTRO SOBRE OS SERVIDORES DO RJ

É no contexto da pandemia que a burguesia e os governos têm se aproveitado para aprovar medidas antipopulares e antinacionais. O Governador Cláudio Castro anuncia um novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Lei Complementar 178, a ser enviado à ALERJ, que retira triênios e adicional por qualificação, entre outros direitos. Ou seja, acaba com o plano de carreira dos servidores públicos em troca de reposição salarial das perdas desde 2017, e de modo gradual. Entre as medidas obrigatórias exigidas pelo novo RRF, estava a privatização da CEDAE, e estão as reformas da previdência e administrativa, teto de gastos, efetivação da conta única, que serão ratificadas no primeiro ano do novo regime, a contar da aprovação do pedido de adesão pelo Ministério da Economia.

O governo do RJ enviou, no dia 9 de setembro de 2021, para a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) alguns projetos de lei que devem mexer com a vida dos servidores do estado, mudando benefícios e aposentadorias. O novo pacote de medidas é obrigatório para que o estado possa entrar no novo RRF. Cabe lembrar que em 2017 o RJ foi o único estado a entrar no RRF. O pacote conta com três projetos de lei complementar, duas propostas de emenda constitucional e um projeto de lei que geram uma reforma administrativa e previdenciária no estado. A reforma previdenciária muda a idade mínima para aposentadoria dos servidores estaduais: mulheres passam de 55 para 62 anos, e homens, de 60 para 65 anos. A medida atinge os novos servidores, e para os que já estão em atividade, o projeto prevê regras de transição. Professores continuam com aposentadorias especiais, mas a idade mínima para se aposentar aumenta de 55

para 60 para os homens e de 50 para 57 para as mulheres. Os policiais civis passam a ter idade mínima de 55 anos. Os policiais militares e bombeiros não foram incluídos na reforma.

O pacote do governo inclui ainda o fim dos triênios dos servidores estaduais, tanto os civis, quanto os militares. Quem já recebe triênios terá os valores incorporados ao salário, mas não receberá nenhum novo adicional pelos anos que ainda estiver trabalhando. O projeto acaba ainda com outros dois benefícios: a licença prêmio e a licença especial. A proposta é criar a licença capacitação: a cada cinco anos, os servidores poderão se afastar dos cargos por até três meses desde que seja para fazer algum tipo de curso. Essa licença não poderá ser convertida em dinheiro. Quando um servidor tem idade e tempo de contribuição suficientes para se aposentar, mas continua trabalhando, recebe o chamado abono permanência. As regras que serão analisadas acabam, na prática, com esse benefício. O governo quer restringir a concessão do abono permanência à disponibilidade orçamentária e a regulamentação de cada poder.

O novo RRF tem regras diferentes do anterior. Neste, a duração é de nove anos, e o estado tem um ano para apresentar as reformas necessárias para ingressar no plano. Antes, o governo ingressava no regime e depois realizava as mudanças. O Ministério da Economia já aceitou o plano apresentado pelo RJ e o estado tem até o ano que vem para aprovar o pacote de reformas apresentado.

O desmonte da previdência social do Rio de Janeiro durante a era Cabral e a Operação Delaware, que levou o estado a um prejuízo bilionário com a antecipação irregular de receitas de royalties do petróleo; agravamento do desequilíbrio ▶

financeiro e atuarial do Rioprevidência; e endividamento do estado, com crescimento exorbitante de débitos de cifras bilionárias herdadas pelas gestões seguintes e que afetam todo o conjunto da vida social da população fluminense. Além disto, houve dilapidação do patrimônio do Rioprevidência, seja no derretimento da carteira de imóveis, na cessão dos principais ativos que garantem solvência ao fundo previdenciário, que ficou refém da política de responsabilidade fiscal operada pelos governos de Sérgio Cabral e Luís Fernando Pezão, na autarquia.

No entanto, após o impeachment de Witzel, o governador bolsonarista preposto Cláudio Castro, disse com toda a tranquilidade: “O novo Regime concede ao estado tempo para reestruturar as suas finanças sem deixar de prestar os serviços públicos e fazer investimentos”. O Rio de Janeiro é o primeiro estado a aderir ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A falsificação de Castro só pôde passar ilesa com o quadro de retração do movimento social geral e dos sindicatos do funcionalismo, em particular.

Não é de hoje que os servidores do Rio de Janeiro enfrentam os ataques dos governos, mesmo no governo Cabral, apoiado pelo PT, ao criar, em 2013, a RJPrev, fundação de previdência complementar. Em 2017, no governo Pezão, a alíquota de contribuição foi reajustada de 11% para 14%. Neste mesmo período os servidores acumularam perdas salariais de 47%. Em abril de 2021 a Alerj aprovou o PL 2085/2020, que autorizou o Estado a transferir para uma dívida com a União o total de R\$ 1,4 bilhão dos R\$ 3,9 bilhões devidos ao banco BNP Paribas, referente ao empréstimo contraído em 2017, na RRF anterior, também no governo de Pezão.

Nesse contexto de profundo ataque aos direitos dos trabalhadores em geral, e dos servidores em particular, o movimento social no Rio de Janeiro, assim como no restante do país, atravessa uma enorme crise. Isso porque no início da pandemia apontaram, todas as direções, sem exceção, para a via da conciliação de classes contra o suposto inimigo comum, o vírus. O POR desde os primeiros momentos se colocou contrário a essa orientação política e passou a trabalhar incansavelmente para denunciar essa capitulação e movimentar os trabalhadores em defesa de suas próprias reivindicações, com seus métodos próprios de luta. A suposta união nacional levaria, e levou, os trabalhadores a amargurar profundas derrotas. No setor privado, a MP 936, apoiada pelas centrais sindicais, não garantiu a manutenção dos

empregos e milhões foram postos no olho da rua, os que ficaram tiveram seus salários arrocados, os preços subiram e a saúde não suportou o resultado da política de conciliação, milhares morreram e seguem morrendo de Covid-19. Nos serviços públicos, as privatizações não deram trégua e a reforma administrativa assombra os trabalhadores com o fim da estabilidade, enxugamento geral e perda de outros direitos. Nos estados, reformas da previdência foram aplicadas e ajustes fiscais como esse do RJ seguem com maior ou menor velocidade, principalmente devido a disputas interburguesas.

O SEPE, um dos principais sindicatos do RJ, não pode se colocar fora desse quadro, segue até hoje em quarentena, ainda que seus trabalhadores já estejam há meses na labuta. Ludibriou os trabalhadores com a farsa das assembleias virtuais ultra controladas, e repete agora a cantilena de que nunca paralisou sua luta. A realidade é a mãe da verdade e a situação miserável em que se encontram os trabalhadores é a maior prova da traição dessa direção. A ausência de uma direção revolucionária no seio dos trabalhadores do RJ favorece os governos em sua ofensiva contra os serviços públicos e pela retirada de direitos.

A Corrente Proletária na Educação Rio de Janeiro convoca os trabalhadores dos serviços públicos, bem como os do serviço privado e desempregados a se somarem à luta contra mais esse ataque do governo estadual e contra a paralisia do movimento social. É preciso pressionar os sindicatos para saírem de suas tocas e colocar o aparato em função da luta contra esse pacote de ajustes. Essa luta deve se dar com os métodos próprios dos trabalhadores, as greves, piquetes, bloqueios etc. Para isso é fundamental convocar as assembleias presenciais para que os trabalhadores possam decidir democraticamente sobre os rumos do movimento.

Que a direção do SEPE rompa com a passividade e convoque imediatamente a assembleia geral presencial!

Que a assembleia constitua um comando de mobilização!

Que prepare as condições para uma greve para derrubar a contrarreforma de Castro!